

IGUALDADES E DESIGUALDADES NAS REPRESENTAÇÕES DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURA SOBRE OS PARTIDOS E A LEGITIMIDADE POLÍTICA

*Susana da Cruz Martins**

Resumo: As análises aqui propostas têm por base um inquérito representativo da população estudantil que frequenta o ensino superior de licenciatura em Portugal e remetem para representações e disposições sobre os partidos e a legitimidade política. Verifica-se que sobre este tipo de indicadores, os estudantes têm posições muito convergentes, sendo a variável área científica aquela que cria maiores distinções com sentido.

Palavras-chave : Inquérito aos estudantes de licenciatura, partidos e legitimidade política.

APRESENTAÇÃO

A comunicação que aqui se apresenta diz respeito à análise de um subconjunto de indicadores do Questionário aos Estudantes do Ensino Superior, da responsabilidade de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e José Luís Casanova, e decorre da aplicação efectuada em 1999 (parceria CIES e Observatório Permanente da Juventude Portuguesa).

Os temas aqui tratados dizem respeito às representações e disposições sociais que os estudantes do ensino superior têm sobre o sistema político, nomeadamente no que diz respeito aos partidos políticos, e ao reconhecimento de respectivas formas de legitimidade política.

Contudo, e embora aqui se pretenda falar de desigualdades, começaremos por uma nota de igualdade: ou seja, verifica-se que estes estudantes apresentam posições altamente consensuais nas suas representações e avaliações sobre os partidos políticos e sobre as várias formas de legitimidade política.

As posições convergentes que encontramos nestas representações e avaliações dos estudantes fazem esbater a importância de variáveis de caracterização social. Ainda assim, a variável independente que parece dar mais significado às diferenças de opinião registadas é a área científica. Enquanto via de socialização actual, revelou-se importante pelos seus efeitos diferenciadores das representações sociais agora abordadas.

A homogeneização neste sector da população, que embora forte não é total, prende-se com razões diversificadas. Neste seguimento, pode-se adiantar que o público do ensino superior é ainda alvo de um recrutamento muito selectivo e, apesar do alargamento social que tem sofrido, ele traduz ainda uma forte reprodução social. Uma parte significativa dos estudantes que frequentam as universidades tem como grupo social de origem profissionais técnicos de enquadramento (32,6%) e empresários dirigentes e profissionais liberais (29,3%), sendo estas zonas sociais as mais dotadas de recursos económicos e qualificações profissionais, não raras vezes conciliadas com autoridade hierárquica nas relações de produção (Costa Machado e Almeida 1990) e, nesta medida, também as que têm mais condições para uma participação social e política.

No entanto, sabendo-se que os indicadores de caracterização social não são muito diferenciadores da distribuição das respostas sobre este tipo de representações, o que parece pesar mais é o facto dos estudantes estarem no ensino superior e isso lhes conferir, para além de recursos escolares mais directos, redes de sociabilidade e uma formação numa área científica, criadora também ela de valores e de atitudes face ao sistema político e ao tipo de legitimidade a este atribuída.

* ISCTE - Lisboa.

Assim, poderíamos acrescentar que a homogeneização das representações que tocam ao universo simbólico dos estudantes de licenciatura acontece não só no ponto de partida (embora se verifique cada vez mais uma diversidade da sua origem social) mas, sobretudo, no ponto de passagem (que constitui a frequência no ensino superior) e de chegada das suas trajectórias de vida.

OS PARTIDOS E A POLÍTICA

Em relação à política, ou num sentido mais restrito à partidocracia, o que se tem sugerido repetidamente é que os portugueses estão desinteressados desta esfera. Um dos indicadores que expressa de forma mais clara este desinteresse é o nível de abstenção eleitoral, que tem crescido de forma progressiva desde os anos 80 (Freire, 2000).

A partir desta década, a participação eleitoral é caracterizada essencialmente pelo aumento do abstencionismo e pela volatilidade eleitoral.

Algumas das razões para este desinteresse deve-se a um reforço da partidocracia que não promove a integração política dos votantes, à «desesquerdização» e à perda de competitividade política com a atracção para o centro ideológico dos principais partidos políticos (Freire, 2000), a um processo de "naturalização" e institucionalização dos conflitos sociais que decorre em parte do amadurecimento das instituições democráticas.

Acrescente-se ainda que a grande abstenção que tem caracterizado o comportamento eleitoral dos portugueses pode ser reflexo, pelo menos parcialmente, do desfasamento de interesses que estão na base da oferta política dos representantes e da procura dos representados.

Os altos níveis de abstenção eleitoral tornam-se mais preocupantes se tivermos a percepção que é através da participação eleitoral e da inserção nos mecanismos do Estado que em parte se inibem as desigualdades decorrentes das condições económicas na organização política (Mozzicafredo, 1998).

Tendo em conta que o objectivo principal do questionário se prende com as inserções e representações sociais e não com as práticas sociais dos estudantes do ensino superior, não se contemplaram níveis de participação eleitoral destes estudantes. Mas existem apesar de tudo alguns indicadores que expressam algum afastamento também deste sector da sociedade, senão da política, pelo menos da partidocracia.

Como seria de esperar face a outras áreas da vida social que assumem uma importância, pessoal e social, fundamental, os estudantes do ensino superior, secundarizam os partidos, ou pelo menos, estes, entre outro tipo de instância que lhes foi oferecido escolher para aferir a sua identidade e opinião, não são as mais realçadas. Sabendo-se que, para além disto, os partidos são *vividos* e *habitados* por um pequeno grupo de especialistas, seria expectável que a esmagadora maioria dos estudantes tivesse poucas afinidades com estas instituições políticas.

Como se tem verificado numa série de estudos, nomeadamente da sociologia portuguesa, a proximidade dos indivíduos ao universo político está essencialmente relacionada com os recursos que detêm, sobretudo os que dizem respeito ao nível de instrução (Cabral, 1997, Freire 2000). Em síntese, os recursos escolares estão associados a uma maior participação política, dado que permitem "um mais fácil manuseamento (intelectual) de conceitos e abstrações, matéria prima fundamental das mundividências políticas" (Freire, 2000:78). Deste ponto de vista, os estudantes universitários parecem estar em vantagem: "Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de di-visão) a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos." (Bourdieu, 1989:165). Podemos considerar que os estudantes universitários constituem, ou pelo menos constituirão, um dos grupos mais bem equipados de recursos capazes de transformarem e de produzirem capital político, pois irão integrar a parte mais qualificada da sociedade portuguesa.

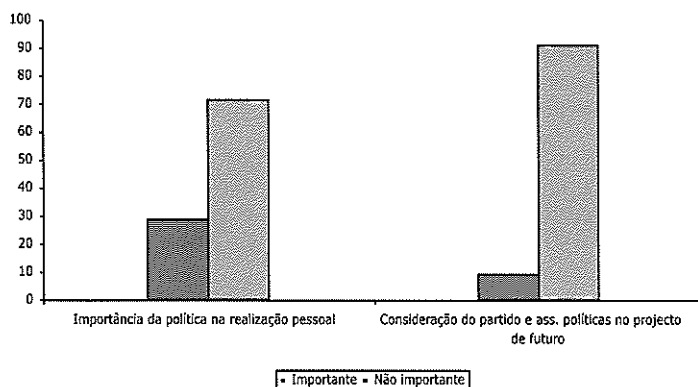


Figura 1 Importância da política para a realização pessoal, presente e futura (percentagem)

Se repararmos na figura anterior verificamos que os partidos contam pouco para o seu futuro, mas a política (como noção mais generalista) tem algum papel de destaque.

Se é verdade que, face a estes estudantes, observamos um relativo afastamento aos partidos, também podemos acrescentar que hoje a noção de política está amplamente alargada, com a "politização potencial de muitos problemas e as exigências de vários sectores da sociedade e dos conflitos entre eles" (Eisenstadt, 2000: 48). Ou seja, a acção dos cidadãos, que não apenas através dos partidos, mais especializados e confinados à administração do Estado, mas também, e por vezes principalmente, pelos (novos) movimentos sociais, que têm promovido interesses particulares de indivíduos e grupos, permitindo a sua participação através da defesa da sua identidade política, social, étnica, sexo, entre outras.

Não obstante, também não podemos afirmar que os estudantes do ensino superior são uma massa indiferenciada entre si face às suas disposições para a política em geral e para os partidos em particular. A diferenciação segundo a área científica pode ter um sentido duplo, por um lado, a escolha por uma área organiza grupos em parte diferenciados e as representações são também permeáveis a formas de socialização e à inculcação de valores que as diversas áreas científicas cultivam. Para além disto, estas promovem o manuseamento de instrumentos de percepção e expressão do mundo social de forma diversificada.

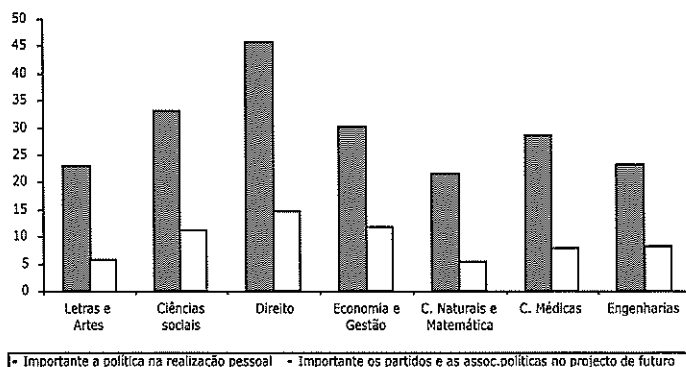


Figura 2 Importância da política para a realização pessoal, presente e futura, segundo área científica (percentagem)

Observando a figura, destaque-se o direito e as ciências sociais com os valores mais altos, podendo-se considerar que este tipo de formação contribui melhor para dotar os indivíduos de competência social para a política (como a produção de discursos e actos políticos), o que pode pressupõe melhor integração e afinidade com este campo social. Embora as variáveis não meçam directamente este tipo de competência, exprimem pelo menos a importância da política e dos partidos políticos enquanto espaços privilegiados do sistema político nos seus projectos de futuro.

Se cruzarmos a área científica com a variável modelos de orientação de vida, verificamos que os estudantes das ciências sociais são os que se aproximam da política através de modelos sociocentros, os de direito fazem-no por uma via mais autocentrada. Estes são os que, face ao seu poder no futuro, se autoposicionam de forma mais elevada.

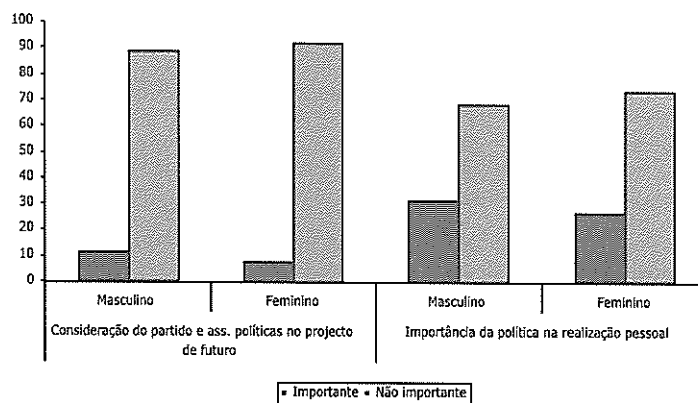


Figura 3 Importância da política para a realização pessoal, presente e futura, segundo o sexo (percentagens)

Este tipo de representações, cujo género ainda constitui um elemento distintivo, completa-se através dos auto-posicionamentos presentes e futuros face ao poder². Em consonância com o facto da maioria dos estudantes ausentar da sua realização pessoal a política está o não cabimento da vida partidária nos seus projectos futuros. E isto constitui uma nota de realce para *os* estudantes e para *as* estudantes.

As estudantes reforçam o afastamento aos partidos. Provavelmente se o questionário averiguasse as práticas e acções partidárias corroboraríamos de forma ainda mais clara aquilo que outros estudos têm realçado como o difícil trânsito das mulheres para as esferas da política e do poder (Viegas e Faria, 1999a e 1999b, Faria, 2000). Nesta figura observa-se essencialmente uma quase paridade entre os sexos.

LEGITIMIDADE POLÍTICA

Como refere Villaverde Cabral (1998), o pouco apoio aos partidos não significa pouco apoio ao sistema, podendo-se estar insatisfeito com a oferta partidária e identificado genericamente com o sistema político.

² Contudo os auto-posicionamentos sobre o poder são muito mais semelhantes do que diferentes entre os estudantes dos dois sexos. Aqui a concepção de poder não é especificada, os estudantes inquiridos podiam estar a concebê-lo em diferentes sentidos, por exemplo, como o seu enquadramento na esfera profissional, sabendo-se que as mulheres têm reconfigurado o mercado de trabalho, mais que o político, pela sua progressiva presença em profissões mais exigentes em qualificações e também na ocupação de lugares de maior poder nas organizações.

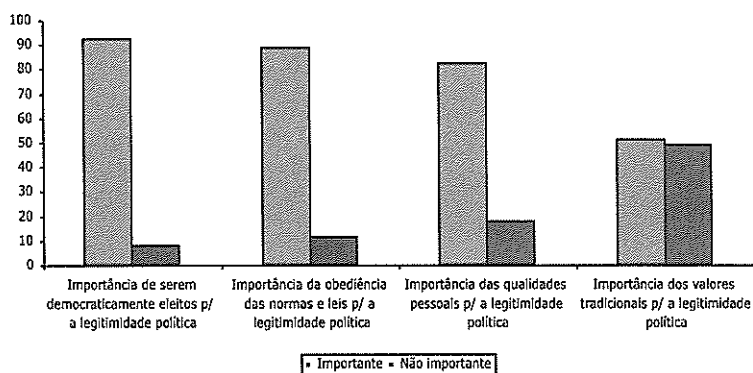


Figura 4 Atribuição de legitimidade política (percentagens)

Os indicadores expressos na figura anterior são uma operacionalização da tipologia weberiana de dominação legítima (Weber, 1989), cuja validade dessa legitimidade pode ser de três tipos: o *carácter racional*, o *carácter carismático* e o *carácter tradicional*. Assim, os dois primeiros indicadores expressam o carácter racional, o terceiro mede o carismático e o quarto o tradicional. Tendo em conta que se trata da apreciação de um Estado democrático, subdividimos o carácter racional em *processual democrático* (medido pelo primeiro indicador) e o *normativo institucional* (pelo segundo indicador).

Novamente, e face aos parâmetros apresentados, os estudantes mostram tendências quase consensuais, sobretudo no que diz respeito à aderência ao carácter racional processual e depois ao racional normativo institucional (previsto pelo Estado de Direito) enquanto fontes importantes para a legitimidade política.

Ao contrário do que tem sido dito sobre o esvaziamento ideológico dos programas políticos dos partidos e o sobre efeito de personalização dos políticos, os estudantes não destacam o carácter carismático de legitimação sobre os dois tipos do racional.

A legitimidade conferida ao tipo tradicional é, em relação aos outros indicadores, mais residual. Como nos dá conta Braga da Cruz (1995), se considerarmos as juventudes que militam nas organizações partidárias (e apenas essas), os objectivos políticos que menos os movem são a tradição e a revolução social, os mais importantes em todos os naipes políticos são o desenvolvimento e a democracia (com excepção da JS onde a democracia e a liberdade são os objectivos cruciais para a mobilização política). Curiosamente também estes estudantes se posicionam de forma marcada pela democracia (carácter processual democrático) e de forma mais contida pelos valores tradicionais.

Apesar da normalização do sistema democrático (com aspectos racionalizadores e dinamizadores da sociedade) poder reflectir-se na grande expressão dada à legitimidade do sistema político por parte dos estudantes, não isenta a estrutura institucional política portuguesa de "elementos menos racionais e menos transparentes, em termos de democraticidade dos actos públicos, em relação à persistência das clientelas políticas e relativamente a algumas das medidas que afectam as relações sociais" (Mozzicafredo, 1998: 255). Aspectos estes que não foram averiguados face às percepções que os estudantes podem ter, não só do tipo de sistema, mas também em relação ao seu funcionamento.

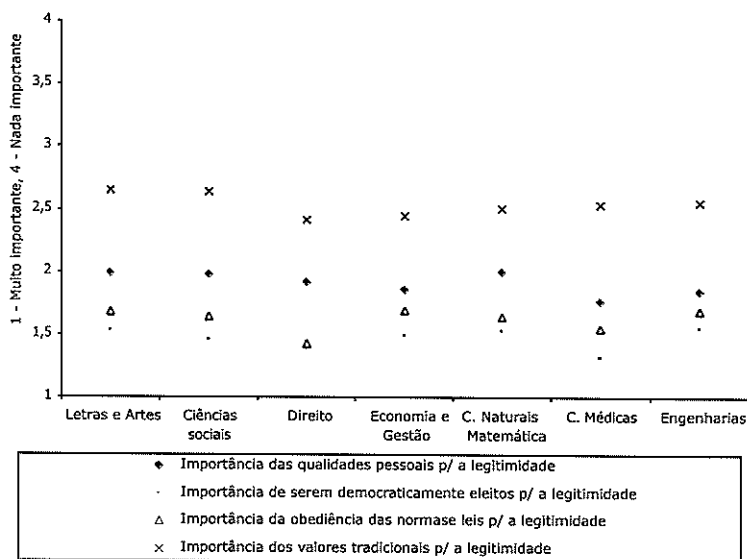


Figura 5 Legitimidade política e área científica (comparação de médias)

Embora haja dificuldades em encontrar especificidades face a posições médias tão equivalentes, podemos afirmar que os estudantes de direito são os que consideram mais importantes o carácter tradicional para a legitimidade política (que diz respeito à pré-cidadania), seguidos pelos da economia e gestão, sendo os das letras e artes e os das ciências sociais os que menos importância dão aos valores atribuídos a esse tipo de legitimação. São ainda os de direito, seguidos dos das ciências médicas, aqueles que ponderam como mais importante as eleições democráticas e a obediência a normas e a leis (realçando o carácter racional). Quase todos consideram as qualidades pessoais num nível médio de importância para a legitimidade política, contudo, os de economia e gestão e os das ciências médicas atribuem um pouco mais de importância a estas qualidades.

Uma das observações que se pode fazer é que embora haja um alargado consenso sobre os pressupostos da democracia, isso não obriga a uma grande aproximação à política em geral e aos partidos em particular. O que não trás grande surpresa até porque esta esfera está em geral reservada, enquanto prioridade de vida, a uma classe de especialistas, esperando-se portanto que os restantes sectores da sociedade, mesmo os mais qualificados, não se sintam, entre áreas mais prioritárias para o seu trajecto pessoal, muito próximos da política.

Uma das razões apontadas por Anthony Giddens (1997) para o relativo afastamento da população face aos partidos da esquerda e da direita tem a ver com o facto destes ainda não terem introduzido nos seus discursos e programas a política da vida, ou seja, a política que diz respeito a novos campos de acção. Segundo o próprio autor é um erro os partidos não fazerem acompanhar os seus conteúdos de uma série de novas preocupações que têm a ver com a ordem ecológica, com o consumo, com as mulheres e a suas formas de actividade, etc., que interessam a um número cada vez maior de pessoas.

BIBLIOGRAFIA

1. Almeida, João Ferreira (1990), *Valores e Representações Sociais* (colecção "Portugal, os Próximos 20 Anos"), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
2. Bourdieu, Pierre (1989), *Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
3. Costa, António Firmino, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (1990), "Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, vol. XXV (105-106)
4. Cruz, Manuel Braga da (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova, Bertrand.
5. Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
6. Cabral, Manuel Villaverde (1998), "Atitudes políticas e simpatias partidárias dos jovens portugueses" in Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (coords.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora.
7. Eisenstadt, S. N. (2000); *Os Regimes Democráticos - Fragilidade, Continuidade e Transformabilidade*, Oeiras, Celta.
8. Faria, Sérgio (2000), "Sobre o (difícil) trânsito feminino para o espaço do poder político" in José Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora.
9. Freire, André (2000), "Participação e abstenção eleitoral em Portugal: análise das eleições legislativas, 1975-1995" in Viegas, José Leite e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora.
10. Giddens, Anthony (1997), *Para Além da Esquerda e da Direita - O Futuro da Política Radical*, Oeiras, Celta Editora.
11. Habermas, Jürgen (1985), "A nova opacidade: a crise do Estado-Providência e o esgotamento das energias utópicas", *Comunicação e Linguagens*, nº2.
12. Luhmann, Niklas (1969), *Legitimação Pelo Procedimento Político*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
13. Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada" in José Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
14. Mozzicafredo, Juan (1997), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
15. Mozzicafredo, Juan (1998), "Estado, modernidade e cidadania" in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
16. Viegas, José Leite (1996), *Nacionalizações e Privatizações - Elites e cultura política na história recente de Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
17. Viegas, José Manuel Leite e Sérgio Faria (1999a), *As Mulheres na Política*, Lisboa, IM-CM
18. Viegas, José Manuel Leite e Sérgio Faria (1999b), "Participação política feminina: percursos, constrangimentos e incentivos", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 30.
19. Weber, Max (1989), "Max Weber" in Cruz, Manuel Braga da, *Teorias Sociológicas I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

